

## RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em "A Federação", jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas.)

### 386. UM SUECO A QUEM O BRASIL MUITO DEVE

Em nota anterior, tratando de Hans Staden, autor do primeiro livro publicado sobre o nosso país, fizemos referência a Alberto Loeffgren, o primeiro a publicar dele uma tradução direta, editada em 1900 pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Apraz-nos hoje dizer alguma coisa sobre o tradutor, realmente um sueco "a quem muito deve o Brasil". Nascido em 1854 na capital de seus país, veio para o Brasil pouco depois de formado em ciências naturais pela Universidade de Upsala (1874), integrando uma missão científica organizada pela Academia das Ciências da Suécia.

Radicou-se em nosso país, aqui vivendo até o seu falecimento, em 1918. Fixou-se primeiramente em Campinas, onde exerceu o magistério e trabalhou na Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Transferindo-se para a Capital, integrou a Comissão Geológica e Geográfica criada por Orville Derby, tendo a seu cargo a seção de Botânica, sua especialidade. Por sua iniciativa, foi criado pelo Governo do Estado o Horto Florestal da Serra da Cantareira, uma das grandes reservas ecológicas da capital paulista. Deve-se-lhe a instituição do "Dia da Árvore", de tanta significação em nosso calendário cívico.

Em 1908 deixou o Estado de São Paulo para dirigir a seção de Botânica da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, no

Nordeste, o que lhe propiciou escrever trabalhos sobre a região. A partir de 1913 tornou-se um dos diretores do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, cargo que exerceu até o seu falecimento, em 1918.

Residia em São Paulo quando da fundação do Instituto Histórico e Geográfico (1894), razão pela qual se tornou um dos fundadores da prestigiosa e centenária Instituição. Pertenceu a numerosas entidades científicas brasileiras e estrangeiras.

Além de numerosa produção científica na área de sua especialidade (a Botânica), prestou assinalado serviço à cultura brasileira traduzindo para a nossa língua textos importantes da bibliografia histórica e científica. Já mencionamos em nota anterior dever-se a ele a primeira tradução direta do original alemão do famoso relato de Hans Staden. Mas, devemos-lhe também as traduções das obras de Freyreiss sobre uma viagem ao interior do Brasil; de Lindmann sobre a vegetação do Rio Grande do Sul; e de Warning, sobre a lagoa Santa. E Ainda a do trabalho de Martius sobre o Direito entre os indígenas brasileiros e a descrição da viagem a São Paulo em 1813, de Gustavo Beyer, publicada originalmente em 1912 na Revista do Instituto Histórico de São Paulo e por nós há pouco reeditada, com prefácio e notas, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Suas excelentes traduções podem ser encontradas em edições da Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, na preciosa coleção “Reconquista do Brasil”, com anotações do saudoso botânico paulista Mário Guimarães Ferri.

Pelos relevantes serviços que prestou particularmente à cidade de São Paulo ao tempo em que nela residiu, a municipalidade paulistana tributou-lhe a merecida homenagem dando seu nome a uma importante via pública – rua Loefgren – em Vila Clementino. Cremos não ter exagerado ao considerá-lo “um suco a quem o Brasil muito deve”. 15-12-2001.

### **387. ANTIGAS FONTES PARA A HISTÓRIA PAULISTANA**

As mais antigas fontes para o estudo da História de São Paulo que remontam ao primeiro século (XVI) não foram tão logo postas ao alcance dos pesquisadores. Referimo-nos à documentação de origem jesuítica, constante de cartas, informações, relatórios, enfim tudo o

que os discípulos de Santo Inácio se viam na necessidade de escrever a fim de dar conta aos seus superiores da Ordem, de suas atividades no Brasil.

Esse riquíssimo material dos mais alto interesse para o conhecimento da vida íntima dos primeiros tempos de São Paulo, só começou a se tornar conhecido em fins do século XIX, por iniciativa de Alfredo Valle Cabral e Capistrano de Abreu. Os três volumes então publicados foram reeditados pela Academia Brasileira de Letras nos anos de 1931 a 1933, na seguinte ordem: 1. Cartas do Padre Manuel da Nóbrega; 2. Cartas Avulsas, de vários missionários; e 3. Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre José de Anchieta.

Alguns anos mais tarde (1940), por iniciativa do Padre Serafim Leite, o mais conhecido historiador dos jesuítas no Brasil, apareceu novo volume, em complemento àqueles editados pela Academia Brasileira, contendo “Novas Cartas Jesuíticas”. E bem mais tarde (1954), numa edição comemorativa do quarto centenário da cidade de São Paulo, o mesmo Padre Serafim Leite promoveu a publicação de mais três alentados volumes contendo “Cartas dos Primeiros Jesuítas”.

Convém lembrar que as pesquisas em torno da documentação jesuítica não se encerraram, como o provam os diversos volumes publicados posteriormente pelo saudoso Padre Hélio Abranches Viotti, que continuou, por muito tempo, no Brasil, a grande obra iniciada em Portugal pelo Padre Serafim Leite. Lembramo-nos de ter ouvido do padre Viotti, nosso preclaro confrade na Academia Paulista de Letras, que suas pesquisas talvez implicassem em mais de uma dezena de volumes. Infelizmente, seu estado de saúde, bastante agravado nos últimos tempos e implicando em seu falecimento, veio nos privar do precioso documentário então iniciado. Tomara que haja, na Ordem, alguém disposto a prosseguir na tarefa empreendida pelo nosso querido amigo e confrade.

Com relação a Fernão Cardim, que com Nóbrega e Anchieta, constitui a “trindade” inicial dos grandes informantes da Companhia de Jesus, seus três escritos – Narrativa epistolar”, “Tratado do Clima do Brasil” e “Sobre a origem dos índios Brasileiros” – embora publicados isoladamente em meados do século XIX, só no século XX (1925) foram reunidos para formar o volume que atualmente se conhece com o título “Tratados da terra e da gente do Brasil”.

Uma das primeiras descrições de São Paulo é a que se deve a D. Luís de Cespedes Xeria, governador do Paraguai, que empreendeu memorável jornada a fim de tomar posse de seu cargo, cujo texto integral cremos nunca tenha sido publicado; deve-se-lhe, contudo, o mais antigo documento iconográfico que se conhece sobre São Paulo e que tem sido divulgado numerosas vezes, inclusive ilustrando capas de livros.

O mesmo se poderá dizer de outro roteiro famoso, em ordem inversa, do Paraguai a São Paulo (antes da própria fundação da urbe de Piratininga) e no qual se encontra a única descrição da antiga vila de Santo André da Borda do Campo (Ulrico Schmiedl). Dois exemplos, portanto, que mereciam maior divulgação para que deles tomassem conhecimento os interessados na história paulista. 22-12-2001.

### **388. DOM DUARTE, ARCEBISPO E HISTORIADOR**

Em conversa recente com distinto confrade da Academia Paulista de Letras, lembrou-nos ele de uma sensível ausência na bibliografia histórica brasileira: um estudo sobre a contribuição do clero a essa bibliografia. E vieram-nos à mente, desde os tempos coloniais, numerosos nomes que bem figurariam nessa galeria. Por coincidência, tínhamos em mãos o livro de um desse sacerdotes-historiadores: o de autoria de Dom Duarte Leopoldo e Silva intitulado “O Clero e a Independência”, publicado originalmente pelo Centro Vital do Rio de Janeiro, em 1922 e reeditado cremos que apenas uma vez, meio século depois, pelas Edições Paulinas. Nesse meio século o pequeno livro não envelheceu, embora, como se tem reconhecido, “não fossem exaustivos os estudos nele realizados”. Não é, pois, sem propósito que evocamos nesta nota a significativa figura desse arcebispo-historiador.

Elemento proeminente da Igreja brasileira, especialmente da paulistana, da qual foi o primeiro Arcebispo metropolitano, Dom Duarte Leopoldo e Silva nasceu em Taubaté, a 4 de abril de 1867, descendente de velhos troncos paulistas. Seus primeiros estudos realizou-os em sua cidade natal e em São Paulo. Preferiu, de início, a carreira médica, chegando a matricular-se na faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que precisou abandonar devido a precárias condições de saúde.

Sentindo-se vocacionado para o sacerdócio, matriculou-se no Seminário Episcopal de São Paulo em 1887. Após ter lecionado durante um ano no próprio Seminário, assim que recebeu a ordenação foi designado coadjutor da paróquia de Jaú, transferindo-se logo depois para a de Santa Cecília, na capital paulista. À frente dessa paróquia realizou, além de consagrada obra espiritual, importantíssima obra material, qual a construção de seu grande templo, um dos mais belos da cidade de São Paulo.

Tendo sido nomeado em 1904 bispo de Curitiba, em sucessão a Dom José de Barros, que viera transferido para a diocese paulistana, pouco se demorou na capital paranaense, pois chamado novamente para suceder ao mesmo Dom José de Barros, que falecera num naufrágio, fixou-se de vez em São Paulo. E desde então e até o seu falecimento aos 13 de novembro de 1938, esteve à frente da Igreja paulistana, sendo o primeiro de seus antístites a receber as honras da sagração arquiépiscopal.

Afeiçoado aos estudos de História, pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, enriquecendo, no já centenário sodalício da rua Benjamin Constant, a galeria dos sacerdotes-historiadores, ou, melhor dizendo, dos historiadores da Igreja.

Sua bibliografia compreende, além de trabalhos de natureza pastoral, o estudo “A concordância dos Santos Evangelhos”, as “Notas para a história eclesiástica de São Paulo” e, como sua obra mais importante, a já mencionada “Clero e a Independência”, que está bem a merecer uma reedição. 19-1-2002.

### **389. POLÍGRAFO DE EXPRESSIVA SIGNIFICAÇÃO**

Em colaboração publicada nesta mesma folha há já bastante tempo tecemos comentários ao livro “Fabordão”, de João Ribeiro, salientando o que nele havia de interesse para os estudos históricos, o que significava quase o livro todo. Uma nova consulta ao mesmo “Fabordão” sugeriu-nos divulgar alguma coisa sobre o grande historiador, crítico, folclorista e filólogo, enfim um “polígrafo de expressiva significação”, título que julgamos apropriado a esta nota, e que viveu entre 1860 e 1934.

Deixou variadíssima obra abrangendo numerosos campos de seu interesse. Sua “História do Brasil” (para o curso superior, como

se inscrevia na própria capa), aparecida em 1900, portanto há mais de cem anos, marcou época por ser o primeiro manual a apresentar uma visão superior e científica de nossa evolução histórica, não se importando apenas, como de comum acontecia, com a narrativa apenas fatural.

Transferindo-se para o Rio de Janeiro, prestou concurso para o cadeira de Português no Colégio Pedro II. Todavia, foi nomeado não para a cadeira de Português, mas para a de História. A partir desse momento, divide-se o nosso autor entre a Filosofia e a História, matérias em que grangeou notoriedade, principalmente na Filologia, sobre a qual versa a maior parte de sua imensa produção. Mas, a necessidade de ensinar História levou-o a preparar manuais para essa matéria (coisa inexistente entre nós na ocasião). O que fez com que seu nome seja sempre citado como um dos pioneiros do ensino da História e da elaboração de livros didáticos para essa disciplina.

Viajou para a Alemanha em fins do século XIX e só por se encontrar fora do Brasil deixou de participar da fundação da Academia Brasileira de Letras em 1897. Mas nela ingressou um ano depois, assim que se verificou a primeira vaga, que foi a do poeta Luís Guimarães Júnior. Tornou-se, assim, João Ribeiro, o primeiro acadêmico eleito após a constituição da Academia.

Dotado de profundo conhecimento da cultura alemã, falando e escrevendo o alemão como a própria língua, este seu germanismo aparece freqüentemente nos seus escritos, em especial nas “Notas de um Estudante” (1922), em “Colméia”(1923) e na própria “História do Brasil”, que reflete a influência da grande obra de Handelman, aparecida em Berlim em 1860 e que só em 1931 seria traduzida para a nossa língua. Foi, assim, João Ribeiro um dos poucos (talvez o único...) dos nossos historiadores a tomar conhecimento, da obra do autor alemão, considerada atualmente, por muitos críticos, a maior obra da historiografia brasileira. Envaideceu-nos, e muito, o convite para prefaciar e anotar a mais recente edição dessa obra (Melhoramentos, 1978 e Itatiaia, 1982).

Embora valiosa sua contribuição à historiografia brasileira, maior, contudo, é sua contribuição à filologia, da qual destacamos preferentemente “Estudo filológicos”, “Curiosidade verbais”, “Frases feitas” e “A língua nacional”. 26-1-2002.



